



Estratégia
CONCURSOS

2º SIMULADO

PRIMEIRA

PORTUGUÊS – PROF. FELIPE LUCCAS**Texto A9MM38****O que é uma arma de fogo**

As pessoas só possuem duas maneiras de lidar umas com as outras: pela razão e pela força. Se você quer que eu faça algo para você, você tem a opção de me convencer via argumentos ou me obrigar a me submeter à sua vontade pela força. Todas as interações humanas recaem em uma dessas duas categorias, sem exceções. Razão ou força, só isso. Em uma sociedade realmente moral e civilizada, as pessoas somente interagem pela persuasão.

A força não tem lugar como método válido de interação social e a única coisa que remove a força da equação é uma arma de fogo (de uso pessoal), por mais paradoxal que isso possa parecer.

Quando eu porto uma arma, você não pode lidar comigo pela força. Você precisa usar a Razão para tentar me persuadir, porque eu possuo uma maneira de anular suas ameaças ou uso da Força.

A arma de fogo é o único instrumento que coloca em pé de igualdade uma mulher de 50 Kg e um assaltante de 105 Kg; um aposentado de 75 anos e um marginal de 19, e um único indivíduo contra um carro cheio de bêbados com bastões de baseball.

A arma de fogo remove a disparidade de força física, tamanho ou número entre atacantes em potencial e alguém se defendendo. Há muitas pessoas que consideram a arma de fogo como a causa do desequilíbrio de forças. São essas pessoas que pensam que seríamos mais civilizados se todas as armas de fogo fossem removidas da sociedade, porque uma arma de fogo deixaria o trabalho de um assaltante (armado) mais fácil. Isso, obviamente, somente é verdade se a maioria das vítimas em potencial do assaltante estiver desarmada, seja por opção, seja em virtude de leis – isso não tem validade alguma se a maioria das potenciais vítimas estiver armada.

Quem advoga pelo banimento das armas de fogo opta automaticamente pelo governo do Jovem, do Forte e dos em maior número, e isso é o exato oposto de uma sociedade civilizada. Um marginal, mesmo armado, só consegue ser bem sucedido em uma sociedade onde o Estado lhe garantiu o monopólio da força.

Há também o argumento de que as armas de fogo transformam em letais confrontos que de outra maneira apenas resultariam em ferimentos. Esse argumento é falacioso sob diversos aspectos. Sem armas envolvidas, os confrontos são sempre vencidos pelos fisicamente superiores, infligindo ferimentos seríssimos sobre os vencidos.

Quem pensa que os punhos, bastões, porretes e pedras não constituem força letal, estão assistindo muita TV, onde as pessoas são espancadas e sofrem no máximo um pequeno corte no lábio. O fato de que as armas aumentam a letalidade dos confrontos só funciona em favor do defensor mais fraco, não do atacante mais forte. Se ambos estão armados, o campo está nivelado.

A arma de fogo é o único instrumento que é igualmente letal nas mãos de um octogenário quanto de um halterofilista. Elas simplesmente não funcionariam como equalizador de Forças se não fossem igualmente letais e facilmente empregáveis.

Quando eu porto uma arma, eu não o faço porque estou procurando encrenca, mas por que espero ser deixado em paz. A arma na minha cintura significa que eu não posso ser forçado, somente persuadido. Eu não porto porque tenho medo, mas porque ela me permite não ter medo. Ela não limita as ações daqueles que iriam interagir comigo pela razão, somente daqueles que pretenderiam fazê-lo pela força. Ela remove a força da equação. E é por isso que portar uma arma é um ato civilizado.³⁸

Então, a maior civilização é onde todos os cidadãos estão igualmente armados e só podem ser persuadidos, nunca forçados.

(Major L. Caudill USMC, com adaptações)

Considerando os aspectos linguísticos do texto Texto A9MM38, julgue os itens a seguir.

1. Quanto à tipologia textual, o texto classifica-se como predominantemente argumentativo, pois defende um ponto de vista e o sustenta com exemplos e analogias.
2. Podemos inferir que o autor considera a arma de fogo um instrumento de equalização de um desnível de poder em uma situação concreta, pois esta garante que, estando duas pessoas armadas, utilizem igualmente a força como meio de convencimento.
3. Em "As pessoas só possuem duas maneiras de lidar umas com as outras: pela razão e pela força." (L.1), o sinal de dois-pontos introduz um aposto.
4. O vocábulo "se" em "Se você quer que eu faça algo para você..." (L.1-2) poderia ser substituído por "caso", sem prejuízo ao sentido original e à correção gramatical.
5. O acento grave em "[...] me submeter à sua vontade pela força" (L.3) é obrigatório e se justifica pela fusão da preposição exigida pela regência do verbo "submeter-se" com o artigo feminino que modifica o substantivo "vontade".
6. Seriam mantidos os sentidos originais se o vocábulo "alguma" (L.18) fosse anteposto ao substantivo "validade".
7. Seria prejudicada a correção gramatical e o sentido original do texto se as vírgulas antes e depois da palavra "obviamente" fossem retiradas.
8. No trecho "[...] *isso não tem validade alguma se a maioria das potenciais vítimas estiver armada [...]*" (L. 18-19), seria mantida a correção gramatical caso se flexionassem os vocábulos "estiver" e "armada" em sua forma plural.
9. O vocábulo "disparidade" (L.13) foi utilizado, de acordo com o contexto, com sentido de "discrepância, desnível".

Texto M16S12

PM mata 7 suspeitos de roubo a bancos na região de Campinas (SP)

Uma ação do Batalhão de Ações Especiais (Baep) da Polícia Militar de Campinas, cidade do interior de São Paulo, terminou com sete mortos, todos

criminosos, segundo as autoridades policiais, na noite desta quarta-feira, 28.5

A PM informou, em nota enviada pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, que o Setor de Inteligência do Comando de Policiamento do Interior monitorava uma quadrilha especializada em roubo a bancos. O grupo foi localizado por volta das 21h30 na Estrada Municipal Dona Isabel Fragoso Ferrão, em Valinhos.13

A polícia montou um cerco e os criminosos, fortemente armados em dois carros, não atenderam a ordem de parada e atiraram contra os agentes, que revidaram. Um veículo conseguiu fugir com uma pessoa.18

A polícia apreendeu fuzis, metralhadoras, pistolas, coletes à prova de bala e explosivos, exigindo o acionamento do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate).22

O caso começou a ser registrado no 4.º Distrito Policial de Campinas por volta das 6h desta quinta-feira, 1º. Um inquérito deve ser instaurado para investigar a ocorrência.26

Considerando os aspectos linguísticos do texto Texto M16S12, julgue os itens a seguir.

10. A forma verbal "mata", usada na oração que dá título ao texto, indica uma ação pontual no presente, como se verifica em "A polícia carioca mata e morre demais".
11. O pronome "que" (L.17) se refere a "criminosos" e liga duas orações, sendo a segunda delas de natureza restritiva.
12. Causaria prejuízo gramatical a inserção de uma vírgula após a palavra "cerco" (L.14).
13. Pode-se perceber, na oração "Um veículo conseguiu fugir com uma pessoa", a utilização de linguagem figurada.
14. Os termos "a polícia" (L.14) e "que" (L.17) possuem, nas orações em que ocorrem, a mesma função sintática.
15. No trecho "O grupo foi localizado por volta das 21h30 [...]" (L. 10-11), o referente da palavra "grupo" é o mesmo do da palavra "quadrilha".

MATEMÁTICA – PROF. ARTHUR LIMA **RASCUNHO**

Considerando os conceitos relativos a razões e proporções, porcentagem e progressões, julgue os itens a seguir.

16. Suponha que em determinada rodovia o limite de velocidade seja de 110km/h. O prof. Arthur Lima estava trafegando nesta rodovia e passou por um radar quando o velocímetro de seu carro apontava 132 km/h. Sabendo que o velocímetro aponta uma velocidade 10% superior à velocidade real, e que a velocidade considerada para fins de infração de trânsito é 10% inferior à velocidade real, pode-se afirmar que o professor deveria ser multado.

17. Dezesesseis professores do Estratégia são capazes de dar 20 aulas ao vivo em 5 dias. Portanto, se for preciso dar 30 aulas ao vivo em 4 dias, serão necessários mais de 30 professores com a mesma capacidade dos dezesesseis anteriores.

18. O prof. Ricardo Vale queria ir de São Paulo ao Rio de Janeiro pela Rodovia Presidente Dutra. Ele observou que, se viajasse a uma determinada velocidade média, o tempo gasto seria exatamente o que ele gostaria. Deste modo, para realizar a viagem em 75% do tempo, seria preciso aumentar a velocidade em mais de 30%.

19. O prof. Marcos Girão decidiu se preparar para o Teste Físico do concurso da Polícia Rodoviária Federal. Para isto, decidiu correr 1 quilômetro no primeiro dia e, a partir daí, aumentar a distância percorrida a cada dia segundo uma progressão aritmética de razão igual a 1 quilômetro, ou então segundo uma progressão geométrica de razão igual a 1,5.

Assertiva: a diferença entre as distâncias percorridas em cada modalidade de treinamento (progressão aritmética e progressão geométrica) no quarto dia é superior a 650 metros.

20. Observe a sequência a seguir, em que X e Y representam os próximos números a serem escritos: 2, 1, -2, 5, 3, -1, 8, 9, 0, 11, 27, 1, 14, X, Y. A soma dos valores de X e Y que completam a sequência é superior a 75.

Um objeto foi arremessado por um dispositivo no solo, percorrendo a trajetória parabólica que pode ser descrita pela função $h(d) = -d^2 + 11d - 10$, em que d representa a distância horizontal em relação a um equipamento eletrônico no solo, e h representa a altura do objeto em relação ao solo. Com base nesta situação hipotética, julgue os seguintes itens.

21. Após o arremesso, o objeto tocou o solo novamente a mais de 10 metros de distância do equipamento eletrônico (considere que, em sua trajetória, o objeto estava se distanciando do equipamento eletrônico).

22. A altura máxima atingida pelo objeto foi superior a 20 metros.

23. A linha imaginária descrita pela função $g(d) = 1 + 2d$, no mesmo plano da trajetória do objeto, é cruzada duas vezes linha imaginária da função $h(d)$.

Uma amostra de salários de cinco policiais que entraram na PRF em datas diferentes apresenta os seguintes valores: R\$10.000, R\$11.000, R\$12.000, R\$14.000 e R\$17.000. Considerando esta situação hipotética e os conhecimentos sobre probabilidade e estatística, julgue os itens a seguir.

24. Sabendo que a raiz quadrada de 770 é aproximadamente igual a 27,74, é correto afirmar que o coeficiente de variação dos salários dos policiais é superior a 20%.

25. Se todos os policiais receberem um aumento salarial de R\$1.000, a variância da amostra crescerá mais do que se todos os policiais receberem um aumento salarial de 1%.

 **RASCUNHO****DIREITO CONSTITUCIONAL**
PROF. RICARDO VALE

Julgue os itens a seguir a respeito dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil e dos direitos e garantias fundamentais.

26. A forma de governo adotada pelo Brasil é o presidencialismo de coalizão, no qual há uma forte interdependência entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

27. Os direitos civis e políticos são direitos de 1ª (primeira) dimensão, impondo ao Estado um dever de abstenção. São, por isso, denominados liberdades negativas.

28. Os direitos fundamentais se aplicam às relações entre o Estado e os indivíduos. Não se aplicam, todavia, nas relações entre os particulares, tendo em vista a adoção pelo STF da doutrina norte-americana.

29. Nenhum brasileiro poderá ser extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

30. Segundo o STF, os prazos da licença-gestante não podem ser superiores aos prazos da licença-adotante, inclusive no que diz respeito às prorrogações.

Julgue os itens a seguir a respeito da organização dos Poderes e das Funções Essenciais à Justiça.

31. O Presidente da República tem competência para declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional.

32. É atribuição delegável do Presidente da República prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei.

33. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a dez dias, sob pena de perda do cargo.

34. O Ministério Público tem competência para promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social,

do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

35. É garantia funcional dos membros do Ministério Público a inamovibilidade, que impede que eles sejam removidos de ofício, salvo por motivo de interesse público. A inamovibilidade é adquirida após 2 (dois) anos de efetivo exercício.

Julgue os itens a seguir sobre a Administração Pública na Constituição Federal de 1988:

36. Estrangeiros não podem ocupar cargos em comissão, uma vez que estes se destinam apenas àqueles que estão no pleno gozo dos direitos políticos.

37. É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

38. Segundo o STF, é inconstitucional a cláusula de barreira em concursos públicos, assim denominada a disposição editalícia que limita o número de participantes em fase posterior do certame.

Julgue os itens a seguir sobre a organização político-administrativa do Estado brasileiro

39. A federação brasileira constituiu-se a partir de um movimento centrípeto, o que explica a intensa concentração de poder na União.

40. É competência privativa da União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO
PROF. PAULO GUIMARÃES

41. A ética é corretamente compreendida como a área da Filosofia responsável por estudar as relações socialmente estabelecidas com base nos parâmetros morais, por meio dos quais são estabelecidas as noções de certo e errado.

42. Os valões são manifestações de um ideal voltado para a perfeição, equivalentes às regras, posto que pautam a conduta dos agentes diante dos padrões morais estabelecidos.

43. Segundo o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n. 1.171/1994), a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, com algumas exceções, entre elas os casos de investigação policial.

44. Nos termos do Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n. 1.171/1994), entende-se por servidor público todo aquele que mantenha vínculo legal com o Poder Público.

45. O Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n. 1.171/1994) estabelece como dever do servidor público ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para a administração pública.

INFORMÁTICA – PROF. VICTOR DALTON

46. Em um documento em edição no processador de textos Writer do ambiente LibreOffice, um duplo clique sobre uma palavra irá selecioná-la, e um clique triplo irá selecionar o parágrafo inteiro.

47. No ambiente Windows 7, é possível, no Windows Explorer, arrastar e soltar arquivos, com a possibilidade de definir, com clareza, se o objetivo é copiar, mover, ou criar atalho para o arquivo na pasta de destino.

48. No Google Chrome, é possível fixar uma Guia no canto superior esquerdo do navegador, bastando, para isso, clicar com o botão direito do mouse sobre a Guia e selecionar a opção Fixar Guia. Uma vez fixa, a guia permanece mais à esquerda e em tamanho reduzido, e a operação pode ser desfeita por meio do recurso Liberar Guia.

49. Os arquivos gerados ou utilizados no Windows 7 possuem um nome seguido de uma extensão. A extensão do arquivo indica para o Windows qual o programa padrão, que é o programa exclusivo autorizado a manipular aquele arquivo.

50. No LibreOffice Calc, a função TRUNCAR(Número;Cont) retorna Número arredondado a Cont casas decimais.

DIREITO ADMINISTRATIVO
PROF. ERICK ALVES

51. Em sentido objetivo, a administração pública se identifica com as pessoas jurídicas, os órgãos e os agentes públicos e, em sentido subjetivo, com a natureza da função administrativa desempenhada.

52. Determinada autarquia federal constatou, a partir de denúncia, que servidor efetivo com dois anos de exercício no cargo havia apresentado documentação falsa para a investidura no cargo. Nessa situação hipotética, os atos praticados pelo servidor até o momento são válidos, em razão dos princípios da proteção à confiança e da segurança jurídica.

53. Os empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista poderão cumular seus empregos com outros empregos, cargos e funções públicas, a não ser quando a entidade receber recursos do ente instituidor para despesas com pessoal ou custeio.

54. O diretor de determinada escola pública aplicou a uma de suas alunas a penalidade de suspensão, por ela ter sido flagrada depredando o mobiliário da escola. Nessa situação hipotética, o ato do diretor da escola é exemplo de exercício do poder disciplinar pela administração pública.

55. A garantia constitucional de permanecer no cargo público após três anos de efetivo exercício denomina-se efetividade.

56. De acordo com a Lei 8.112/90, durante a fase de inquérito do processo administrativo disciplinar, havendo mais de um acusado, eles serão ouvidos conjuntamente, de modo a garantir a observância da economia processual e evitar dúvidas ou contradições que possam surgir em decorrência dos depoimentos.

57. Autoridade administrativa da Polícia Rodoviária Federal designou um policial falecido para exercer função de confiança no órgão. Nesse caso, o ato administrativo citado apresenta vício de motivo.

58. Considerando as disposições legais e doutrinárias aplicáveis, a execução direta de serviços públicos abrange tanto a execução pela Administração Pública direta, constituída por órgão sem personalidade jurídica, como pela Administração Pública indireta, constituída por entidades com personalidade jurídica própria, como as autarquias, fundações públicas,

sociedades de economia mista e empresas públicas.

59. A morte de detento em estabelecimento prisional público atrai a responsabilidade civil objetiva do Estado. A hipótese não admite excludente de reponsabilidade, pois configura uma omissão específica do Poder Público em relação a seu dever de proteção das pessoas submetidas a encarceramento, bem como de mantê-las em condições carcerárias com mínimos padrões de humanidade estabelecidos em lei.

60. De acordo com a Lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal, as sanções, a serem aplicadas por autoridade competente, terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurado sempre o direito de defesa.

61. O atributo da autoexecutoriedade impede que os atos administrativos sejam submetidos a controle judicial.

62. Segundo a Lei 8.429/1992, o servidor público que revelar fato de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo responderá por improbidade administrativa apenas no caso de o ato ter sido praticado por ação ou omissão dolosa.

DIREITO PENAL – PROF. RENAN ARAÚJO

63. De acordo com o entendimento mais recente do STJ, é possível a aplicação do princípio da insignificância ao crime de descaminho quando o valor total do tributo iludido, inclusive acessórios, não for superior a R\$ 20.000,00.

64. Situação hipotética: José praticou determinado delito sob a vigência da Lei X. Posteriormente, durante o curso do processo, sobreveio a Lei Y, mais benéfica, por reduzir a pena prevista para o crime praticado. A Lei Y foi posteriormente revogada pela Lei Z, que estabeleceu pena mais grave que aquela prevista pela Lei Y, embora mais benéfica que a Lei X.

Assertiva: no momento da prolação da sentença, o Juiz deverá aplicar a Lei Y ao caso de José, por possuir esta retroatividade e ultra-atividade.

65. No dolo eventual o agente prevê a possibilidade de ocorrência do resultado não pretendido, mas age mesmo assim, pois acredita que, com suas habilidades, conseguirá evitar sua ocorrência.

66. O instituto da desistência voluntária, também chamado de tentativa abandonada, se dá quando o agente inicia a execução do delito, mas, durante a execução, voluntariamente desiste de prosseguir, e o resultado não ocorre. Neste caso, o agente responderá pelo crime inicialmente pretendido, com redução de pena, de um a dois terços.

67. Situação hipotética: Paulo, rapaz de 20 anos de idade, após ser obrigado a ingerir bebida alcóolica em uma festa de calouros da faculdade, fica completamente embriagado. José, percebendo a situação de embriaguez completa, instiga Paulo a agredir o guarda de trânsito Pedro.

Assertiva: neste caso não se pode falar em concurso de agentes.

68. Júlio, com 19 anos de idade, no dia 10.05.12, praticou o delito de estelionato, cuja pena é de reclusão de um a cinco anos, e multa. A denúncia foi recebida em 15.06.2012, tendo sido proferida sentença condenatória, publicada em 20.07.2015, condenando Júlio a uma pena de 02 anos de reclusão e 30 dias-multa. O MP não recorreu, tendo sido interposto recurso de apelação pela defesa, ainda não julgado.

Assertiva: neste caso, ocorreu a prescrição da pretensão punitiva retroativa, entre a data do recebimento da denúncia e a data da publicação da sentença recorrível.

69. José, no dia 10.02.2018, quebrou a porta de uma das agências da Caixa Econômica Federal, empresa pública federal, pois estava irritado com a demora no atendimento. Neste caso, José praticou o crime de dano qualificado, já que houve dano ao patrimônio de empresa pública.

70. Marcelo empregou grave ameaça contra Maria, exigindo que esta entregasse o veículo que estava dirigindo. Maria se assustou e fez um movimento brusco, o que levou Marcelo a imaginar que haveria reação por parte da vítima, de forma que Marcelo disparou contra Maria, provocando a morte desta. Marcelo, neste caso, praticou o crime de latrocínio, em sua forma tentada.

71. Mauro, ao ser abordado por agentes da PRF, apresenta CNH falsa, a fim de esconder sua real identidade, pois há mandado de prisão contra Mauro. Neste caso, Mauro praticou o delito de falsa identidade.

72. No crime de concussão o agente exige a vantagem indevida, enquanto no crime de

corrupção passiva o agente solicita, recebe ou aceita promessa de vantagem indevida. O efetivo recebimento da vantagem não é exigido, como regra, para a consumação de tais delitos, exceto no que tange ao crime de corrupção passiva, na modalidade de "receber" vantagem indevida, pois esta é a própria conduta prevista no tipo.

73. Ricardo, Oficial de Justiça, compareceu à residência de Paulo, para cumprir mandado de busca e apreensão. Paulo, todavia, ameaçou Ricardo, dizendo que mataria o agente público caso este fosse adiante e cumprisse o mandado. Ricardo, Oficial de Justiça, não se intimidou, e cumpriu o mandado de busca e apreensão.

Neste caso, Paulo deve responder pelo crime de resistência, em sua forma tentada.

74. Pedro, réu em determinado processo criminal, telefona para a testemunha Maria, e exige que esta preste depoimento favorável aos seus interesses. Pedro afirma que matará o filho de Maria, caso esta não colabore.

Neste caso, Pedro praticou o crime de ameaça, e a ação penal será pública condicionada à representação da vítima.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROF. RENAN ARAÚJO

75. Pelo princípio da vedação à autoincriminação, ninguém pode ser obrigado a produzir prova contra si próprio. Tal garantia engloba, por exemplo, o direito ao silêncio, bem como o direito de não ser submetido forçadamente a qualquer procedimento invasivo, ou ao reconhecimento pessoal.

76. A existência de prisões cautelares, como a prisão preventiva, não constitui violação ao princípio da presunção de inocência (ou presunção de não culpabilidade), posto que as prisões cautelares não se fundam na eventual culpa do indiciado ou acusado.

77. No que toca à lei processual penal no tempo, aplica-se o

princípio do "tempus regit actum" (ou princípio da aplicação imediata da lei processual), de forma que o ato processual será praticado de acordo com a lei que vigorar no momento de sua realização. A lei processual penal nova tem aplicação imediata, inclusive aos processos em curso, e os atos anteriores, realizados validamente sob a vigência da lei anterior, não precisam ser refeitos.

78. O inquérito policial é procedimento cuja finalidade é a obtenção de elementos de convicção (prova da materialidade e indícios suficientes de autoria) que irão subsidiar a futura ação. Exatamente por isso o inquérito policial é indispensável, não podendo a ação penal ser validamente ajuizada sem que tenha havido este procedimento prévio.

79. Estará impedido de atuar no processo o Juiz que for credor ou devedor de qualquer das partes, já que tal circunstância compromete sua necessária imparcialidade.

80. Situação hipotética: imagine que, durante uma perseguição policial na cidade de Niterói-RJ, um agente da PRF seja alvejado fatalmente por disparos de arma de fogo realizados pelo perseguido Jonas, que é vereador no referido município. O agente da PRF é transferido para um Hospital na cidade de São Paulo-SP, onde vem a óbito, dois dias depois.

Assertiva: neste caso, será competente para processar e julgar o delito o Tribunal do Júri Federal da subseção judiciária de Niterói-RJ.

81. É lícito ao Juiz decretar, de ofício, a prisão preventiva durante o processo criminal.

82. O interrogatório do acusado, modernamente, é concebido não só como meio de prova, mas também como meio de defesa. No interrogatório o réu terá o direito de permanecer em silêncio, ou seja, não responder às perguntas que lhe forem formuladas. O réu terá o direito, ainda, de ser informado, antes do interrogatório, a respeito da existência do direito ao silêncio. Por fim, o exercício do direito ao silêncio não pode ser considerado como confissão, nem pode ser interpretado em prejuízo do acusado.

83. A prisão temporária, diferentemente da prisão preventiva, possui prazo certo. Tal modalidade de prisão cautelar não pode ser decretada de ofício pelo Juiz durante a fase de investigação, embora isso seja possível durante o processo criminal.

84. Nos crimes afiançáveis de responsabilidade dos funcionários públicos, uma vez oferecida a denúncia, o Juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do réu para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias. Segundo entendimento sumulado do STJ, caso a denúncia seja instruída com inquérito policial prévio, a notificação para resposta preliminar se torna desnecessária.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL
PROF. PAULO GUIMARÃES

85. Pedro, possuidor de vasta experiência como operador de caixa, não foi contratado pela empresa X sob o argumento que seu peso era excessivo e iria danificar o mobiliário da empresa. Na situação em questão, o gerente da empresa que rejeitou a contratação de Pedro cometeu crime de preconceito previsto na Lei 7716.

86. A conduta do agente que se omite diante da tortura quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las é exemplo da teoria monista adotada pelo Código Penal.

87. Para imposição e gradação da penalidade prevista na lei de crimes ambientais, a autoridade competente observará os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação penal de forma geral.

88. Sebastião, na modalidade culposa, destruiu vegetação primária, em estágio avançado de regeneração, do Bioma Mata Atlântica. Na situação em comento, a pena será reduzida de 1/3 à metade.

89. As plantações ilícitas deverão ser destruídas no prazo máximo de 48h, após autorização judicial, sem necessidade de parecer do Órgão Ministerial.

90. Caio e Tício se uniram com o objetivo de praticarem o crime previsto no art. 33, caput, da lei 11.343. No entanto, na primeira ocasião foram presos em flagrante. O Delegado autuou os dois de forma correta como incurso nos crimes do art. 33, caput, além do art. 35.

91. O crime de abuso de autoridade praticado por militar é competência da Justiça Militar.

92. João, zelador de um órgão público, recebeu ordem do dirigente superior para que seu acesso ao edifício se desse exclusivamente pela garagem. Nesse caso, o dirigente do órgão público não cometeu qualquer ilícito penal previsto na Lei 7.716.

93. Sebastião adquiriu uma arma de fogo de uso permitido legalmente e possui registro em dia. Em certo dia, ciente de que sua arma poderia ser mantida em sua residência ou em estabelecimento do qual seja titular, decide transportar sua arma para a citada empresa. No caminho, abordado pela polícia, foi autuado em flagrante por porte ilegal de arma de fogo de uso

permitido. Nessa circunstância, a atitude da polícia foi adequada.

94. Segundo entendimento do STJ, a posse de arma de fogo inapta configura fato atípico.

95. O retardamento da intervenção policial, prevista na lei 12.850, prescinde de prévia autorização judicial.

96. A autoridade policial poderá requisitar os serviços públicos necessários à defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar e de seus dependentes.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA **PROF. RICARDO TORQUES**

A respeito da teoria geral dos Direitos Humanos julgue os itens seguintes.

97. Em termos substanciais não há distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais. Contudo, no que diz respeito à forma, são denominados direitos fundamentais aqueles disciplinados em diplomas internacionais e direitos humanos aqueles prescritos em normas internas.

98. A Revolução Francesa é um marco na afirmação histórica dos direitos humanos, notadamente, porque foi pela primeira vez que direitos de segunda dimensão foram assegurados de forma explícita em textos normativos.

A respeito da proteção internacional dos direitos humanos, julgue os itens seguintes:

99. Após a Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional ficou sensibilizada com as barbáries perpetradas, de forma que logo após o término da guerra as principais nações do mundo assinaram a Carta das Nações Unidas, que dá origem à ONU.

100. Entre os precedentes históricos do movimento de internacionalização dos Direitos Humanos está o surgimento do Direito Humanitário, a partir das Convenções Genebra, a Liga das Nações, que intentou assegurar a paz e segurança no pós-Primeira Guerra Mundial, e a Organização Internacional do Trabalho, que tutela direitos sociais, notadamente direitos trabalhistas.

No que atine às consequências da globalização para os Direitos Humanos julgue o item seguinte.

101. A integração dos povos e culturas com objetivo de unificar regras de comportamento com a expansão e a facilitação das relações entre os países levou, segundo a doutrina especializada, à ampliação dos direitos. Contudo, por consequência, a globalização prejudica o relativismo cultural, característica imanente aos direitos humanos, na medida em que favorece o denominado "imperialismo dos direitos humanos".

Adotada e proclamada pela Resolução 217-A (III) da Assembleia Geral da ONU, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é o principal instrumento do sistema global de direitos humanos, tendo contribuído de forma decisiva para a internacionalização da proteção desses direitos. A respeito da DUDH julgue os itens subsecutivos.

102. Prevalece o entendimento de que em razão da forma como foi editada, a DUDH possui caráter meramente enunciativo de direitos, sem qualquer poder de vinculação, na medida em que, em seu texto, não há referência a mecanismos de proteção aos direitos assegurados.

103. De acordo com a DUDH, ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante, exceto se em razão da prática de crimes contra a humanidade ou de guerra.

104. Toda pessoa, segundo a DUDH, que for vítima de perseguição, terá direito de asilo em outro país, exceto no caso de perseguição legitimamente motivada por crime de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Em relação aos aspectos de direitos humanos presentes na Constituição Federal de 1988, analise os itens seguintes.

105. Os tratados internacionais de direitos humanos internalizados antes da Emenda Constitucional 45/2004, por inexistência de previsão legal, são materialmente constitucionais, mas formalmente acomodam-se hierarquicamente como normas infraconstitucionais supraleais.

106. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos

quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO
PROF. MARCOS GIRÃO

Julgue os itens a seguir, de acordo com o que versa o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997.

107. Atualmente, o CTB prevê a possibilidade de o proprietário de veículo designar alguém habilitado como principal condutor. Não sendo imediata a identificação do infrator, o principal condutor terá quinze dias de prazo, após a notificação da autuação, para apresentá-lo, na forma em que dispuser o Conselho Nacional de Trânsito (Contran), ao fim do qual, não o fazendo, será considerado responsável pela infração o proprietário do veículo.

108. Considere que Tício tenha sido condenado em sentença transitada em julgado por crime de trânsito no qual uma das penas previstas é a de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor. Para a fixação dessa pena, o juiz deverá observar os fatores expressos no art. 59 do Código Penal Brasileiro, com especial atenção a dois deles: circunstâncias e consequências do crime e culpabilidade do agente.

109. A condução de veículo automotor em via pública por motorista com sua habilitação suspensa configurará crime apenas se a situação gerar perigo de dano.

Para comemorar a aquisição de seu novo veículo, Cicrano chamou alguns amigos para exibir, na via pública em frente à sua residência, sem qualquer autorização, várias sequências de uma manobra conhecida como "cavalo-de-pau". Havia movimentação de veículos e pedestres na via e, na ocasião, alguns desses pedestres, assustados, corriam apressadamente buscando proteção, frente ao grave risco de atropelamento que essas manobras de Cicrano apresentavam. Após denúncia, Fulano, Agente de Trânsito do órgão com circunscrição sobre a via, chegou ao local em tempo de presenciar tais manobras e tomou as devidas providências.

110. Diante da situação hipotética, à luz do Código de Trânsito Brasileiro, se não houve qualquer lesão ou morte de pedestres como

resultado da conduta de Cicrano, é correto afirmar que ele será responsabilizado apenas por infração de trânsito, já que a exibição de manobras de cavalo-de-pau, mesmo com risco à incolumidade daqueles pedestres, não está tipificada como crime pelo CTB.

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO
PROF. ALEXANDRE HERCULANO

O ex-deputado estadual do Paraná Luiz Fernando Ribas Carli Filho foi condenado, nesta quarta-feira, 28, a nove anos e quatro meses de prisão por duplo homicídio com dolo eventual.

(...)

O julgamento começou na terça-feira, 27, e o próprio Carli admitiu que estava embriagado no momento em que seu carro atingiu o carro das duas vítimas. De acordo com a perícia, o carro do ex-deputado (um Passat importado da Alemanha) decolou em uma subida da Avenida Ivo Sanlorenzi (velocidade máxima permitida é de 60 Km/h), no bairro Mossunguê, em Curitiba, com a velocidade de 173 km/h e caiu sobre o veículo ocupado por Gilmar Rafael Uared, então com 26 anos, e Carlos Murilo de Almeida, de 20. Os dois tiveram morte instantânea.

Fonte: Revista Exame

Considerando o texto acima, julgue os itens a seguir, de acordo com o que versa o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97), e o Decreto 1655/95.

111. Caso o acidente acima estivesse ocorrido numa rodoviária federal a PRF teria competência para realizar perícias no local do acidente.

112. Com as atuais mudanças no Código de Trânsito Brasileiro, aquele que cometer homicídio culposo na direção veicular e estiver embriagado, responderá pelo crime com aumento da pena de um terço à metade. Além disso, terá a suspensão do direito de dirigir que poderá ser de dois meses a cinco anos.

A polícia analisa imagens de um veículo flagrado na avenida Afonso Pena, região central de Campo Grande, durante a manhã desta sexta-feira (2). O condutor, ao fazer conversão no cruzamento com a Padre João Crippa, realizou movimento brusco e chamou a atenção da equipe da TV Morena, prestes a entrar para o link do jornal Bom Dia MS.

De acordo com o Batalhão de Polícia Militar de Trânsito (Bptran), quando um condutor

"utiliza veículo para demonstração/exibição de manobra perigosa mediante derrapagem, frenagem com deslizamento ou arrastamento de pneus está infringindo o artigo 175 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

"A questão da manobra ilícita é semelhante ao racha e faz parte de uma alteração que entra em vigor a partir do dia 20 de abril. A publicação é do dia 20 de dezembro de 2017. Além disso, deve ser apurado se ele avançou o sinal vermelho, que é uma contravenção penal", afirmou ao G1 a sargento Lorena de Oliveira.

(...)

Fonte: G1.

Considerando o texto acima, julgue o item a seguir, de acordo com o que versa o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97).

113. Na situação acima o conduto cometeu uma infração gravíssima punido com multa, vezes dez, e terá o seu direito dirigir suspenso de seis meses a um ano se não for reincidente.

Julgue o item a seguir, de acordo com o que versa o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97).

114. Os condutores das categorias C, D e E deverão submeter-se a exames toxicológicos para a habilitação e renovação da Carteira Nacional de Habilitação.

FÍSICA – PROF. VINÍCIUS SILVA

Em uma via arterial desprovida de sinalização de velocidade máxima, na cidade de São Paulo, um veículo trafega com velocidade de 54km/h, quando se depara com um semáforo que está a 63m de distância do ponto em que passa naquele momento. O sinal então fica amarelo e sabe-se que ele permanece assim durante 3s. O motorista então imprime a aceleração escalar mínima, constante, de modo a pegar o sinal ainda no amarelo. Diante da situação acima, julgue os itens abaixo.

115. a aceleração mínima que ele deve imprimir deve ser superior a $4,0\text{m/s}^2$.

116. Imprimindo a aceleração mínima, o condutor passará pelo sinal amarelo com uma velocidade superior à máxima permitida, de acordo com o CTB, e cometerá uma infração de natureza grave.

Três PRFs estão analisando as condições de conservação e manutenção preventiva de um veículo apreendido. Os testes foram realizados pelos policiais rodoviários federais no sistema de amortecimento do veículo, mais propriamente nas molas que o compõe. Considerando o veículo com 4 ocupantes, para fins de aproximação dos testes, o carro e os ocupantes foram considerados como um único corpo sobre uma mola ideal, realizando um MHS. Considere os dados a seguir:

I. 1.000 kg para a massa do carro;

II. 250 kg para a soma de suas massas;

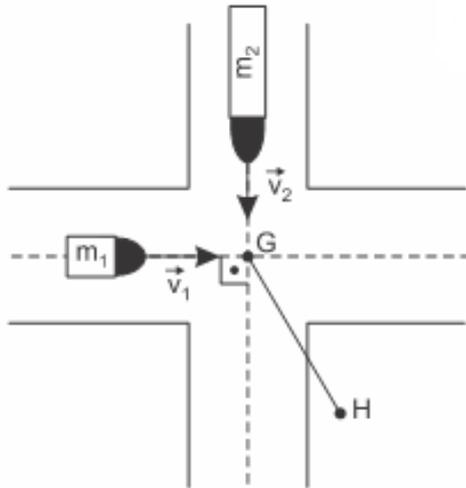
III. 5,0 cm para a compressão da mola quando os quatro estavam dentro do carro parado.

Sobre o MHS e com base no exposto acima, julgue os itens a seguir:

117. a frequência de oscilação do carro com os passageiros é de $\frac{5}{\pi}\sqrt{2}\text{Hz}$

118. a constante elástica da mola é $25 \cdot 10^4\text{N/m}$.



119.

desenho ilustrativo - fora de escala

Dois caminhões de massa $m_1 = 2.000\text{kg}$ e $m_2 = 4.000\text{kg}$, com velocidades V_1 (desconhecida) e $V_2 = 20\text{m/s}$, respectivamente, e trajetórias perpendiculares entre si, em vias de trânsito rápido, colidem em um cruzamento no ponto G, indicado na figura. Após a colisão eles passam a se mover juntos, na direção GH, indicada também na figura.

De acordo com os dados coletados no local do acidente, a equipe da PRF concluiu que a velocidade do conjunto era de 60km/h após a colisão.

Em seu depoimento na delegacia, o motorista do caminhão M_1 disse que sua velocidade respeitava a máxima permitida, de acordo com o CTB.

Considerando apenas o que foi mencionado acima, pode-se afirmar que o motorista do caminhão M_1 mentiu perante a autoridade policial.

120. Em uma viatura da PRF que trafegava em uma rodovia com uma velocidade de 60km/h a equipe de policiais avista por meio do seu espelho plano retrovisor um veículo que se aproxima para fins de ultrapassagem. Naquele momento a equipe não dispõe de radar móvel e então é feita uma estimativa da velocidade do veículo que se aproxima por meio da velocidade da imagem formada através do espelho plano do retrovisor interno.

Sabendo que a equipe estimou que a imagem se aproximava deles com uma velocidade, relativa à viatura, de 40km/h , pode-se afirmar,

considerando apenas os dados fornecidos acima, que a velocidade do veículo era superior a 80km/h .

 **RASCUNHO**

PROVA DISCURSIVA – PROF. CARLOS ROBERTO

Texto de referência:

O Conflito entre a proteção universal dos direitos humanos e o respeito à diversidade cultural: Quando querer salvar o mundo pode prejudicar o mundo!

O Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos, que ganhou força e visibilidade com a Carta das Nações Unidas de 1945, constitui uma importante ferramenta de tutela aos direitos mais básicos de todo ser humano para que haja a convivência adequada e esperada por todos.

Entretanto, a diversidade cultural é o principal obstáculo enfrentado pelos chamados "universalistas" – os defensores da aplicação global dos direitos humanos – já que, dependendo da região do planeta, os preceitos morais, religiosos, e até políticos, não correspondem com aqueles que a ONU (ocidente) espera que sejam seguidos, a fim de se obter a tão sonhada "paz mundial".

[Fonte Adaptada](#)

Tendo em vista o texto referência acima, desenvolva um texto **dissertativo** (no máximo 30 linhas), posicionando-se a respeito do tema: direitos humanos e diversidade cultural. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- a) Características do Universalismo Cultural;
- b) Características do Relativismo Cultural;
- c) Soluções para que se estabeleçam padrões mínimos de dignidade e de cooperação entre os povos.

Linha	SIMULADO PRF - TEXTO DEFINITIVO
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	